

Rio de Janeiro: mercado em crise?

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES*

O Estado do Rio de Janeiro sofreu um esvaziamento econômico e político substancial nos últimos 20 anos. Pretende-se aqui avaliar de que forma o mercado de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) vem-se configurando frente a esse processo de decadência do estado, aliado ao contexto recessivo que o País atravessa desde início dos anos 80. Assim, serão ressaltadas as especificidades do mercado de trabalho carioca vis-à-vis as regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Belo Horizonte (RMBH).

A título de esclarecimento, cabe observar que a RMRJ chega a absorver 77% da população do estado, um percentual bastante elevado, tendo em vista que este valor é de 49% e 22% respectivamente para as RM de SP e BH.

O encolhimento econômico do Estado do Rio de Janeiro fica patente quando se verifica que a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu de

O encolhimento econômico do Estado do Rio de Janeiro fica patente quando se verifica que a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu de 16,1% em 1970 para 11,5% em 1990.

16,1% em 1970 para 11,5% em 1990 (tabela 1). Isto significa que outros estados tiveram sua participação ampliada neste período, como é o caso de Minas Gerais, que passou a contribuir com aproximadamente 10,1% do PIB nacional em 1990, e já representa uma ameaça à posição do Rio de Janeiro de segundo lugar em termos de valor da produção do País.

Embora também o Estado de São Paulo tenha tido a sua participação no PIB comprimida de 39,4% para 33% nesse período, vale lembrar que essa queda foi bem menor do que no caso do Rio de Janeiro (16,2% contra 28% no RJ), e sua posição hegemônica como estado produtor continua inabalável.

É interessante constatar que esse encolhimento do Estado do Rio de Janeiro no cenário econômico nacional foi maior nos gloriosos anos 70 (-17,2%) do que nos recessivos anos 80 (-13,6%), o

Tabela 1 - RMRJ: distribuição das pessoas ocupadas por setor, segundo a posição na ocupação, fev. 89 e fev. 93 (%)

Posição na ocupação	Serviços		Comércio		Ind. transf.		Const. civil	
	Fev. 89	Fev. 93	Fev. 89	Fev. 93	Fev. 89	Fev. 93	Fev. 89	Fev. 93
Empregados com carteira	54,7	48,3	55,5	47,5	80,0	73,5	37,9	37,3
Empregados sem carteira	20,1	25,5	13,8	15,0	12,2	14,9	23,4	24,8
Conta própria	20,7	22,1	20,6	27,9	3,5	7,5	34,5	36,4
Empregador	3,9	3,3	8,4	8,2	4,2	4,0	4,2	1,5
Sem remuneração	0,6	0,8	1,7	1,4	0,1	0,1	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, PME.

Tabela 2 – Evolução da participação do PIB das grandes regiões e estados do Sudeste no PIB brasileiro, 1970-90 – (%)

Regiões/estados	Anos				
	1970	1975	1980	1985	1990 *
Norte	2,2	2,2	3,5	4,4	5,4
Nordeste	12,0	11,5	12,1	13,8	15,7
Sudeste	65,0	63,7	62,2	59,4	56,4
MG	8,3	8,9	9,6	9,9	10,1
ES	1,2	1,1	1,5	1,7	1,9
RJ	16,1	14,7	13,3	12,4	11,5
SP	39,4	39,1	37,8	35,4	33,0
Sul	17,0	18,3	17,3	17,1	16,8
Centro-Oeste	3,7	4,3	5,0	5,3	5,7
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FIBGE, DECNA.

* Estimativa própria.

Tabela 3 – Número índice do PIB per capita – Brasil, grandes regiões e estados do Sudeste – base: Brasil = 100

Regiões/estados	Anos				
	1970	1975	1980	1985	1990 *
Brasil	100	100	100	100	100
Norte	56	51	63	70	79
Nordeste	38	39	41	48	54
Sudeste	150	147	143	138	132
MG	69	76	85	90	94
ES	69	65	88	97	106
RJ	163	154	140	136	134
SP	200	195	190	167	155
Sul	94	109	107	110	111
Centro-Oeste	69	73	87	88	89

Fonte: FIBGE.

* Estimativa própria.

que evidencia, de certa forma, a natureza estrutural da crise.

Segundo o antropólogo Gilberto Velho, o esvaziamento econômico do Rio é, em grande parte, decorrente da transferência da capital para Brasília, em 1960. Alia-se a isto, a dimensão político-cultural crítica e predominantemente de oposição ao Governo federal desde 1964, que deve ser tomada como explicação-chave para a particular gravidade da situação econômica do Rio.¹ Sem dúvida, a economia do estado, e sobretudo da RMRJ, estava estruturada para atender à sede do poder político do País, e a partir de 1960, esta função (ou atividade-base) lhe vai sendo aos poucos subtraída, sem nenhuma

outra compensação econômica de peso.

O *gap* entre a renda média do fluminense e a do brasileiro também se estreitou neste período. Em 1970, o fluminense detinha uma renda média 63% superior à média brasileira; este percentual caiu para apenas 34% em 1990, demonstrando o seu empobrecimento relativo (tabela 2).

Pode-se alegar, da observação da tabela 2, que a deterioração na renda a média do paulista em relação ao poder de compra médio do brasileiro ainda foi maior do que a do fluminense neste mesmo período. É importante deixar claro, no entanto, que este resultado aparentemente contraditório do ponto de vista econômico explica-

se basicamente em função do crescimento populacional ter sido bem mais elevado no Estado de São Paulo (2,8% ao ano contra 1,7% ao ano no Rio de Janeiro) entre 1970 e 1990.

O empobrecimento médio absoluto do morador do Estado do Rio de Janeiro na década passada é obtido, assim, do seu empobrecimento médio relativo (de -4,3%, como mostra a tabela 2) associado à queda do PIB real *per capita* do Brasil (estimada também em -4,3%) entre 1970 e 1990. Chega-se, então, a que o poder médio de compra do fluminense contraiu-se em 8,4% nos anos 80.

Não se pode esquecer ainda que a concentração de renda no estado seguiu aumentando nesse período. Basta ver que o índice de Gini da renda para as pessoas economicamente ativas (PEA) com rendimento subiu de 0,583² para 0,675² entre 1984 e 1989 – deve-se lembrar que este índice varia entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição da renda. Já a queda violenta do índice de Gini para 0,601² em 1990 deveu-se fundamentalmente à situação atípica e artificial engendrada pelo Plano Collor I, que promoveu um violento confisco dos ativos financeiros da classe média naquele ano.

A análise comparativa da composição do PIB para os estados do RJ, SP, e MG revela as especificidades da economia fluminense. De acordo com os últimos dados disponíveis do Censo Econômico (FIBGE, 1985), a participação do setor serviços no PIB fluminense chega a alcançar 60%, contra 45% em São Paulo e 46% em Minas Gerais (tabela 3). Esta preponderância do setor serviços no Rio de Janeiro é plenamente compreensível, pela própria condição histórica do estado, que sediou desde a capital da corte até a capital do Brasil-República em 1960.

Assim, segundo a prof^a. Sulamis Dain, verifica-se aqui um peso exagerado do setor terciário, que combina os ingredientes do terciário moderno, como o setor fi-

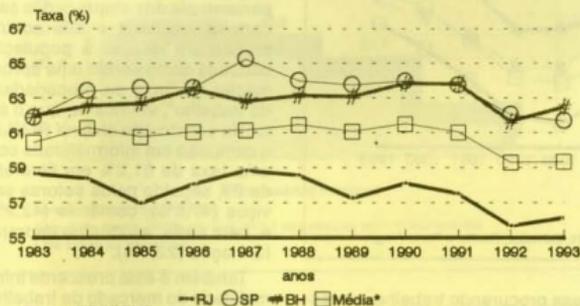
Tabela 4 - Composição do PIB - 1985 (%) - estados: RJ, SP e MG

Setores	Participação percentual (%)		
	RJ	SP	MG
Agropecuária	1,5	4,9	18,3
Indústria	38,4	49,8	35,5
Extrativa min. e ind. de transf.	32,0	-	-
Construção civil	5,0	-	-
Serv. ind. util. pública	1,4	-	-
Serviços	60,1	45,3	46,2
Comércio	6,7	7,4	7,8
Transportes e comunicação	6,1	4,0	6,6
Instituições financeiras	10,0	11,0	9,9
Administração pública	9,8	4,5	5,3
Aluguéis	13,2	8,0	7,6
Outros	14,3	10,4	9,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, DECNA.

(-) Dados não-obtidos, devido à greve da FIBGE (maio 93).

1. Taxa de atividade (PEA/PIA), 1983-93* - média anual: RMRJ, RMSP, RMBH e média**



Fontes: FIBGE, PME.

*Média jan./fev./março.

**Refere-se à média das RMs de SP, RJ, BH, Salvador, Recife, e Porto Alegre.

nanceiro, o de informática e o comércio, com aquele setor tradicional de serviços atrasados que são a máscara do subemprego.³ Resta saber, no entanto, quais são os segmentos que vêm sendo dominantes no terciário fluminense, se são os modernos ou os atrasados - voltar-se-á a esta questão mais adiante.

Ainda no setor serviços do Rio de Janeiro, cabe destacar o elevado peso das rubricas "Adminis-

tração Pública" e "Aluguéis" vis-à-vis suas participações nos dois outros estados (tabela 3). Na primeira, as razões históricas parecem óbvias, devendo-se salientar que, daqui para a frente, a tendência é a queda da participação das administrações públicas no contexto do estado, tendo-se em vista o seu crescente esvaziamento político, iniciado em 1960 e reforçado mais recentemente

com a reforma administrativa e o processo de privatização.

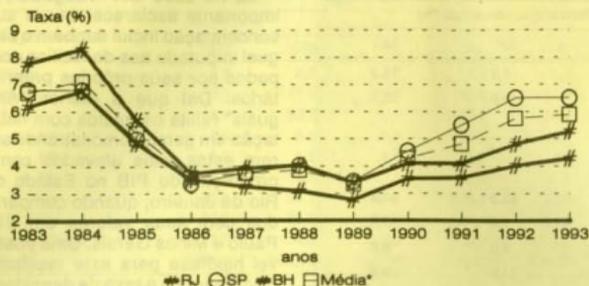
Já no caso dos "Aluguéis", é importante esclarecer que a sua conceituação inclui também o aluguel imputado aos domicílios ocupados por seus próprios proprietários. Daí que a rubrica "Aluguéis" reflita os gastos com habitação em geral, demonstrando serem estes mais elevados como proporção do PIB no Estado do Rio de Janeiro, quando comparados com seus valores em São Paulo e Minas Gerais. Uma possível hipótese para este resultado discrepante é a taxa de densidade demográfica mais alta no Rio de Janeiro (293 hab./km² contra 127 hab./km² em SP e 27 hab./km² em MG).

A base industrial do estado tem por pilares os setores de siderurgia, de construção civil, de produção de petróleo e álcool, e de turismo. É visível o grau de estagnação e até de degradação destes setores nos últimos 10 anos, condicionado por uma série de fatores tais como a crise externa, a crise interna em que o País está mergulhado, e *last but not least* a crise do próprio estado, que não tem conseguido arremeter força política para se impor no cenário nacional.

Passa-se, a seguir, a avaliar de que forma o mercado de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) vem se adaptando particularmente a esse esvaziamento econômico e político do estado.

A taxa de atividade, entendida como a relação entre população economicamente ativa (PEA) e população em idade ativa (PIA), vem sendo sistematicamente mais baixa na RMRJ, quando comparada às RM de SP, BH e à média/Brasil (gráfico 1). Isto se deve principalmente ao maior percentual de idosos na população carioca, traço característico de regiões decadentes. Com efeito, em fevereiro de 1993, a participação dos pensionistas na PIA carioca chegava a 13,4% contra 9,7% e 10% respectivamente em São Paulo e Belo Horizonte.

2. Taxa de desemprego aberto total, 1983-93* - média anual: RMRJ, RMSP, RMBH e média**

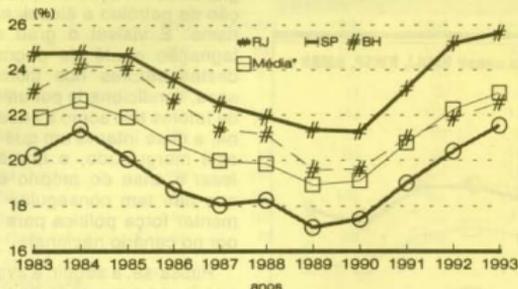


Fontes: FIBGE, PME.

*Média jan./fev./março.

**Refere-se à média das RMs de SP, RJ, BH, Salvador, Recife e Porto Alegre.

3. Percentual dos empregados com carteira assinada em relação à população ocupada, (1983-93)**



Fontes: FIBGE, PME.

*Média jan./fev./março.

**Refere-se à média das RMs de SP, RJ, BH, Salvador, Recife e Porto Alegre.

Por outro lado, o observador desavisado seria levado a inferir que já as condições do mercado de trabalho carioca são melhores do que na RMSP, RMBH e na média/Brasil. Isto porque as taxas de desemprego em todos os setores do Grande Rio (indústria de transformação, construção civil, comércio, serviços e outras atividades) têm sido, de modo geral, as mais baixas dos últimos 10 anos. O gráfico 2 mostra a evolução do desemprego aberto total para cada uma destas regiões metropolitanas, que é dado pela relação entre o número de pes-

soas procurando trabalho e a respectiva PEA.

Na realidade, estas menores taxas de desemprego no Rio de Janeiro são consequência direta do maior grau de informalidade do seu mercado de trabalho. Assim, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego/FIBGE, o percentual dos empregados sem carteira assinada (gráfico 3) e o dos conta-própria em relação à população ocupada têm sido mais elevados no Rio de Janeiro desde 1983, se comparados com seus valores para as RM de BH, SP e média/Brasil. Notar, por exemplo, que em 1992, os empregados sem cartei-

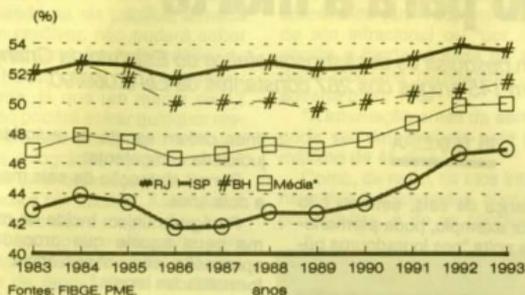
ra assinada corresponderam em média a 25,2% da população ocupada no Grande Rio, contra 20,4% na RMSP e 21,9% na RMBH.

Detectada maior precariedade do mercado de trabalho carioca, há que se entender também que a acentuação de sua informalidade a partir de 1989 está inserida no processo maior (nacional) de adaptação do mercado de trabalho brasileiro como um todo à recessão crônica em que o País está mergulhado desde então. Ou seja, a tendência crescente da informalidade nestes últimos quatro anos não é, de forma alguma, um traço específico do mercado de trabalho carioca. A tabela 4 mostra para todos os setores da RMRJ um aumento significativo na participação dos empregados sem carteira e dos conta-própria, paralelamente a uma redução no percentual dos empregados com carteira e dos empregadores entre fevereiro de 1989 e de 1993.

Considerando-se a soma dos percentuais dos empregados sem carteira assinada e dos conta-própria em relação à população ocupada como sendo uma aproximação da "taxa de precariedade do trabalho", verifica-se que o setor da construção civil na RMRJ é o campeão em informalidade com uma taxa de 61,2% em fevereiro de 93, seguido pelos setores serviços (47,6%), comércio (42,9%) e, bem atrás, a indústria de transformação (22,4%).

Também é esta crescente informalidade do mercado de trabalho, não apenas na RMRJ como também nas demais, que explica o porquê das menores taxas de desemprego em todos os setores em 1992 vis-à-vis as de 1984. O desemprego aberto total de 6,8% no Grande Rio em 1984 conviveu com uma "taxa de precariedade do trabalho" de 43,9%, ao passo que o menor desemprego de 4% em 1992 vem coexistindo com uma taxa de informalidade mais alta em torno de 47,9%. Isso demonstra que os menores níveis de desemprego alcançados atualmente em relação àqueles ocorridos em 1983-84 não podem ser

4. Percentual da população ocupada no setor Serviços, 1983-93**



Fontes: FIBGE, PME.

* Média jan./fev./mar.

** Refere-se à média das RMs de SP, RJ, BH, Salvador, Recife e Porto Alegre.

5. RMRJ: distribuição das pessoas ocupadas no setor Serviços, por classes de rendimento* mensal, 1990.



Fontes: FIBGE, PNAD 1990.

Obs.: Não soma 100%, porque exclui as pessoas sem remuneração.

* De todos os trabalhos.

tomados, isoladamente, como medidores da situação de gravidade do emprego de ambas as crises.

Um outro ponto importante na análise do mercado de trabalho carioca é o peso maior do setor serviços na absorção de mão-de-obra, comparativamente às demais regiões metropolitanas, o que é compreensível por razões históricas (gráfico 4). Deve-se destacar que esse setor absorve mais da metade da população ocupada na RMRJ e, nos períodos de aguçamento da recessão, funciona ainda como "válvula de

escape" para os desempregados dos setores mais formais da economia. Note-se que, entre 1989 e 1992, o percentual da população ocupada no setor serviços da RMRJ subiu de 52,3% para 53,9%.

Infelizmente, a predominância dos segmentos atrasados no setor serviços da RMRJ é inegável. O gráfico 5 mostra a distribuição das pessoas ocupadas neste setor em 1990, segundo as classes de rendimento mensal. Por aí, fica patente a forte presença do trabalho desqualificado, quando se constata que 35,5% da população

ocupada neste setor auferem renda mensal inferior a um salário mínimo - este percentual é de apenas 13,2% na construção civil, 14,8% na indústria de transformação e 20,3% no comércio.

O maior grau de informalidade do trabalho, o maior peso de um setor serviços predominantemente atrasado e a menor taxa de atividade sugerem que a crise do mercado de trabalho carioca possui contornos ainda mais críticos do que a crise pela qual estão passando as RM de SP, BH e a média das regiões metropolitanas brasileiras. Além de ser conjuntural, ela é aqui também estrutural, de identidade. O esvaziamento político do estado/cidade desencadeado em 1960 ainda não foi totalmente assimilado, nem sequer encontrada a nova atividade econômica básica norteadora do seu desenvolvimento.

A solução da crise do mercado de trabalho do Rio de Janeiro passa pela superação da atual crise econômica nacional, mas também pela superação da crise do próprio estado. Do ponto de vista desta última, sugere-se aqui a promoção de setores intensivos em mão-de-obra barata e em recursos naturais (no caso, as encantadas belezas naturais), com destaque para o turismo e a construção civil (as obras de saneamento e habitação popular são fundamentais em um estado em que 12,2% de sua população são indigentes).

"IBRE/CEEG

¹ Velho, Gilberto. "Rio de Todas as Crises - Colapso Cultural e Crise Política" in IUPERJ, *Rio de Todas as Crises*, n. 80, dez. 1990.

² Considerado o limite superior do índice de Gini, calculado pelo CIDE (Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro) a partir dos dados da PNAD/FIBGE.

³ Dain, Sulamis. "Rio de Todas as Crises - Crise Econômica" in IUPERJ, *Rio de Todas as Crises*, n. 80, dez. 1990.